2.º Que em sua substituição seja criado o posto fiscal de Paradela do Rio, que fica fazendo parte da secção fiscal de Montalegre, da 4.ª companhia do batalhão n.º 3 da Guarda Fiscal;

3.º E que se faça a devida rectificação no mapa II anexo à Reforma Aduaneira, publicada pelo Decreto-Lei n.º 31 665, de 22 de Novembro de 1941.

Ministério das Finanças, 20 de Julho de 1959. — O Ministro das Finanças, *António Manuel Pinto Barbosa*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares

Aviso

Por ordem superior se faz público que o Governo da França depositou, em 3 de Junho de 1959, junto do secretário-geral das Nações Unidas o instrumento de ratificação do Acordo internacional do azeite, alterado pelo Protocolo de 3 de Abril de 1958.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 14 de Julho de 1959. — O Director-Geral, *Ruy Teixeira Guerra*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Decreto n.º 42 395

Considerando que foi adjudicada à firma Organização Geral de Empreitadas Orgel, L.^{da}, a empreitada de «Porto — Casa dos correios, telégrafos e telefones — Terraplenagens, muros de suporte e drenagem (1.ª fase da construção)»;

Considerando que para a execução de tais obras, como se verifica do respectivo caderno de encargos, está fixado o prazo de trezentos e sessenta e cinco dias, que abrange parte do ano de 1959 e do de 1960;

Tendo em vista o disposto no artigo 22.º e seu § 1.º do Decreto-Lei n.º 41 375, de 19 de Novembro de 1957;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato com a firma Organização Geral de Empreitadas Orgel, L.^{da}, para a execução da empreitada de «Porto — Casa dos correios, telégrafos e telefones — Terraplenagens, muros de suporte e drenagem (1.ª fase da construção)», pela importância de 2:169.000\$.

Art. 2.º Seja qual for o valor das obras a realizar, não poderá a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais despende com pagamentos relativos às obras executadas, por virtude de contrato, mais de 900.000\$ no corrente ano e 1:269.000\$, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1960.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 20 de Julho de 1959. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Eduardo de Arantes e Oliveira*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional

Decreto-Lei n.º 42 396

Em testamento firmado em 22 de Agosto de 1924 e na mesma data aprovado pelo notário Mário Rodrigues, com cartório em Lisboa, na Rua Aurea, 265, dispôs Manuel António da Silva Coelho e Castro, natural da freguesia de Fiães, concelho da Feira, e falecido, em Lourenço Marques, a 15 de Janeiro de 1952, que metade dos seus bens passassem a pessoas de família e que da segunda metade se vendessem e liquidassem somente os necessários «para aplicar na construção de uma escola industrial e comercial na freguesia de Fiães . . ., sendo a direcção e fiscalização da construção da mesma escola entregue à Junta de Freguesia de Fiães, bem como a sua gerência e administração; e da outra parte dos bens ou venderão e liquidarão para o seu produto ser convertido em fundos para a manutenção da mesma escola, ou então usufruirão os rendimentos dos bens que o tiverem, a fim de aplicá-los ao mesmo fim».

Quanto à natureza do ensino a instituir deixou o benemérito Coelho e Castro definido o seu pensamento nos seguintes termos: «Nessa escola deve ministrar-se o ensino, pelo menos de duas cadeiras, uma prática do comércio, na qual se compreenderá escrituração comercial, contabilidade, francês e inglês, e outra de indústria, incluindo o estudo especial sobre construção, desenho e artes correlativas».

Prevedendo, porém, a hipótese de não chegarem os bens para mais do que a construção do edifício e de se não ver utilidade em edificá-lo «para ser entregue à Junta de Freguesia e esta mantê-lo com os seus recursos próprios, que poderá não ter», deixou o benemérito determinado, em alternativa, que o rendimento dos mesmos bens fosse anualmente distribuído pelos pobres mais necessitados da freguesia.

Dispôs finalmente:

«Os legatários ficam com a obrigação de mandar celebrar nove missas em cada ano por alma de meus falecidos pais e irmã Angelina e mais três missas por minha alma».

*

A alternativa consignada no testamento deu origem a dúvidas e justificadas hesitações. Para as remover foram recolhidos no volumoso processo os pareceres das entidades e serviços interessados e competentes.

Apurou-se que uma escola técnica convenientemente localizada na freguesia de Fiães pode servir um núcleo populacional hoje não inferior a 20 000 almas. Em atenção a esta circunstância, a Câmara Municipal do concelho da Feira não só se manifesta, sem reservas, a favor da criação da escola, como afirma o propósito de cooperar, na medida do possível, na sua manutenção. Plenamente se justifica, pois, que na alternativa posta se opte pela acção educativa, que inegavelmente constitui também a mais fecunda das acções assistenciais.

A cláusula testamentária que atribui à junta de freguesia a direcção e administração da escola deve, porém, considerar-se nula, por contrária à lei, segundo foi reconhecido pelos serviços competentes do Ministério do Interior.

Assim se chegou à conclusão de que a solução mais própria para dar execução ao generoso pensamento de Manuel António da Silva Coelho e Castro consiste em instituir com os bens disponíveis uma fundação de carácter educacional, análoga a outras já existentes.